

Pandemias oitocentistas, povoações rurais e densidades demográficas

no Brasil em perspectiva comparativa

Carlos A. M. Lima

Professor da UFPR

carlima3@gmail.com

Resumo

No litoral e interior imediato do Brasil, as paróquias dedicadas à produção de alimentos eram demograficamente mais densas que as exportadoras. A agroexportação do Centro Sul (canaveira ou cafeeira) produzia densidades menores que a plantation do litoral nordestino. Até mesmo paróquias do semiárido do Nordeste podiam ser mais densas que áreas como Minas, formadas em função da exportação. A diferenciação segundo a distância frente ao Atlântico Norte manifestava-se igualmente em maiores diversidades nas partes meridionais. Essas diferenças, relacionadas às chances de participação no crescimento demográfico e no avanço do tráfico de escravos do século XVIII, não se sobrepunham exatamente a heranças deixadas pelos impérios coloniais, o que é corroborado com a comparação do caso brasileiro com o caribenho e com algumas situações passíveis de monitoramento nas ex-colônias espanholas continentais.

Palavras-chaves: densidade demográfica no Brasil – densidade demográfica na América Latina e no Caribe – história das doenças – lavoura canaveira – lavoura cafeeira

Abstract

During the first half of the nineteenth century, amongst Brazilian parishes located close to the sea, those devoted to the production of foodstuffs were far more densely peopled than those attached to export crops. The production for export in central and southern Brazil lead to population densities that could not match those produced by the export areas in the Empire's Northeast, and this also applied to food-producing parishes in both regions. Among other factors, density was inversely correlated to the distance from North Atlantic, where the results of eighteenth-century economic growth (affecting population growth and the slave trade) were manifest during the subsequent fifty years. Those differences were not exactly coincident with the diversity of colonization patterns, and were not a direct result of slavery.

Key words: population density in Brazil – population density in Latin America and the Caribbean – history of disease – sugar production – coffee production.

Um dos aspectos em que os resultados da História Ambiental têm se mostrado mais promissores é o das trocas de espécies entre regiões afastadas do planeta, notadamente entre continentes. Entre esses aspectos, ganhou destaque o das trocas microbianas¹ (CROSBY, 1993; DIAMOND, 2002). A partir de duas áreas de atuação diferentes da história ambiental, embora a ela articuladas, a história das doenças e a análise da morbidade têm chegado algumas constatações que ainda necessitam de análise mais detida pelos especialistas na articulação entre sociedade e ambiente. Uma delas é aquela relacionada ao fato de que, durante a primeira metade do século XIX, em meio a pandemias de cólera e febre amarela, entre outras, assim como a uma redefinição das bases segundo as quais ocorria a transmissão da varíola, o Brasil permaneceu relativamente isolado, ao menos durante a maior parte do período entre 1800-1850 (COOPER, 1975; MORAES, 2010; SIGAUD, 2009; CANDIDO, 1853, 6). O Brasil estaria comparativamente livre da febre amarela até o final dos anos 1840 e do cólera até a década seguinte. A varíola, apesar de incidente desde o início da colonização, não se tornava endêmica no Império (sobre a dependência da doença quanto ao contingente populacional, ver, por exemplo, DUNCAN, SCOTT e DUNCAN, 1993). Antonio Joze da Franca e Horta, governador de São Paulo, escrevia a Lisboa em 1803 um ofício sustentando que a varíola não se tornava endêmica nem mesmo onde ela atacava com severidade: “*as Bexigas não Saõ endemicas neste paiz*”, embora fossem “*o mais terrível flagelo desta Capitania e motivo de horror p.^a os seus habitantes*”². Julgava-as trazidas continuamente de fora, “*especialmente pelos Escravos vindos*

1 Especialmente quanto ao Brasil, ver ALDEN e MILLER, 1987

2 No tempo de Bernardo José de Lorena, em vista de uma grande epidemia de varíola que afetou especialmente os escravos, tentaram-se sem muito sucesso instituições como uma “pequena caza com o título de Hospital de Bexigas” em Santos. Em São Paulo, recorreu-se em seu tempo a “huma Caza de campo para o dito fim” (o isolamento dos doentes), mas a iniciativa se ressentia de falta de vigilância (SÃO PAULO, v. 94, p. 17).

da Costa d’Africa” (SÃO PAULO, 1985, 11-12). Se, no tocante à febre amarela, é possível invocar-se a difícil e espinhosa discussão a respeito das imunidades africanas (KIPLE, 1984, 2001; KIPLE e KING, 1981; WATTS, 2001), há o fato de que a população que não tinha origem ou ascendência africana não tendia a sofrer do mesmo mal, além do fato de que, segundo se alega, a relação dos escravos com o cólera era a de uma particular suscetibilidade (KIPLE, 1984, 147). Por outro lado, sabe-se que o Caribe conheceu epidemias importantes de febre amarela desde o século XVII, e elas, se não afetaram particularmente os escravos, foram agudamente sentidas pela população livre em Cuba (KIPLE, 2001) e na Jamaica (BURNARD, 1994, 68). Durante a primeira metade do século XIX, enquanto o Brasil permanecia comparativamente imune, o cólera teve um impacto profundo sobre as populações escravas dos Estados Unidos (STECKEL, 1979) e de Cuba (FRAGINALS, 1989, 98-100; HIGMAN³, 1995, 275).

Esse isolamento quanto às pandemias de cólera é realmente surpreendente. Como exemplo, recorde-se que as imediações do Porto, em terras lusitanas, eram vistas como intensamente assoladas pelo cólera desde o início dos anos 1830 (GARNEL, 2009, 236; BELTRÃO, 2007, 148). Essa região, por outro lado, fornecia boa parte dos migrantes que de Portugal buscavam o Brasil. Dados sobre primeiras uniões de lusitanos em uma paróquia central da cidade do Rio de Janeiro auxiliam a verificar suas origens dentro de Portugal. Eles mostram um crescimento importante das chegadas à cidade de pessoas provenientes do centro e do sul de Portugal durante o período joanino. Apesar disso, o norte, embora também tenha flutuado, manteve-se como a principal origem dos lusitanos chegados ao Rio entre 1790 e 1843 (LIMA, 1997, 431). Estimava-se na

3 Este último se referiu a um impacto brando da pandemia de cólera na Jamaica na década de 1830, diferentemente do ocorrido nos anos 1850.

época que, só em 1842, teriam chegado mais de dois mil e trezentos portugueses, apenas na cidade do Rio de Janeiro (LIMA, 1997,385). Chegaram preponderantemente do norte, mas não trouxeram o cólera.

Adiantando o ponto a ser enfatizado, creio que a compreensão do fenômeno deve passar pelo exame da densidade da presença humana no Brasil⁴. O relativo estancamento das relações comerciais durante o segundo quarto do século XIX também teve a ver com isso, tendo ele sido devido à depressão inglesa do período (MAURO, 1970, 47; CROUZET, 1978), aos pânico norte-americanos (KIM e WALLIS, 2005) e à própria conturbação política que se seguiu à independência no Brasil e, em geral, na América Latina. Sigaud, médico francês que permaneceu por diversos anos no Brasil durante a época sob análise, atribuiu o relativo isolamento mais aos freios à atividade comercial e ao movimento do porto (SIGAUD, 2009, passim). Apesar disso, não se deve esquecer de que atividades econômicas tão importantes quanto a produção cafeeira foram instaladas, em grandes proporções e com grande velocidade, exatamente durante esse momento recessivo, mantendo os contatos (FRAGOSO, 1990).

Voltando à densidade, é largamente sabido que ela era ínfima, mas essa constatação é insuficiente, dadas a importância dos sertões e a desigualdade da distribuição dos habitantes no espaço. É preciso examinar essa questão tendo em vista um conjunto tão abrangente quanto seja possível de ambientes rurais em um nível paroquial (carece de sentido examinar a densidade demográfica de cidades). É igualmente desejável eliminar da observação os sertões dessas mesmas áreas rurais.

4 Sobre a densidade como aspecto fundamental na transmissão da varíola, ver FENN, 2001; da febre amarela, em virtude do alcance do vetor, KIPLE, 1984 e KIPLE e KING, 1981; do cólera, STECKEL, 1979 e COELHO e MCGUIRE, 2000.

As dificuldades para realizá-lo são imensas. Obter informações sobre as superfícies de paróquias ou de regiões rurais circunscritas é ainda mais árduo do que coletar dados populacionais aproximados (diante da fluidez das informações sobre limites de jurisdições, o fato de os dados sobre populações só fornecerem ordens de grandeza, sem qualquer precisão, perde a maior parte de sua relevância negativa). No que toca a regiões fora do Brasil, eles foram obtidos (ou as densidades já calculadas, ou os materiais para realizar esse cômputo) em bibliografia referente a essas diversas áreas. No tocante a várias regiões brasileiras da primeira metade do século XIX, foram adotadas estratégias diferentes, conforme aquilo que se achava disponível em relação a cada uma delas. Por vezes, dispunha-se de descrições sumárias dos perímetros de paróquias, ou então das distâncias entre a matriz e os limites externos. Em outras ocasiões, contemporâneos efetivamente estimavam uma superfície, sendo esse tipo de caso infelizmente raro. Por vezes, se pôde dispor dos resultados de esforços de outros historiadores na elaboração de mapas ou outros guias. Em outras situações, foi necessário compor diversas estimativas sobre os limites de uma freguesia ou município utilizando informações de época a respeito das distâncias entre o núcleo dessa paróquia e os de suas vizinhas. Em relação a várias localidades paulistas, foram confrontadas, de um lado, a soma das áreas das propriedades e posses cadastradas em 1818 (CANABRAVA, 2005; GUTIÉRREZ, 2006) e, de outro lado, a população atribuída aos municípios em 1837 por Daniel Pedro Müller (1978). Isso tem a desvantagem de levar em conta propriedades agrícolas, e não territórios, além do fato de considerar informações relativas a períodos diferentes. Mas tomar em consideração as dimensões das unidades agrárias elimina os efeitos espúrios derivados da presença de sertões até mesmo no interior de municípios consolidados⁵. É evidente

5 Julgava-se, por exemplo, que o importante município cafeeiro de Areias, no Vale do Paraíba paulista, ainda tinha baldios aos quais pouco se ia durante a década de 1850; cf. BRASIL, 1859, p. 21-23

que, no tocante a tudo isso, as ilhas constituíam uma espécie de bênção (como se verá, apenas para os investigadores). A acurácia de todas essas estimativas é discutível, mas duvida-se aqui de que os erros, inevitáveis, tenham produzido valores ou intervalos que representem mais que o dobro ou menos que a metade da densidade efetiva à época, e muita coisa pode ser vista a partir de margens desse tipo.

A densidade demográfica, embora tenha fraca capacidade de informar sobre processos econômicos, é importante para avaliar questões atinentes aos fenômenos epidêmicos. Assim, o dado que interessa é a área sob controle das sociedades locais e de suas autoridades. Não se trata, por outro lado, unicamente das áreas arroteadas ou ocupadas com animais e núcleos urbanos, tendo em vista que reservas para expansão ou terrenos em pousio pertencem ao sistema agrário, por assim dizer (FRAGOSO, 1983, 1990). O que se tomará como área, para avaliar a densidade de sua ocupação, é, na medida do possível, aquilo que os contemporâneos viam subjetivamente como a superfície pertinente a determinada localidade, em outros termos, as áreas efetivamente ocupadas e aquelas com as quais se contava e pelas quais, como decorrência, se circulava. Como em alguns casos se tratava de quase desertos, o que se considera aqui como a densidade demográfica é o número de pessoas por dezena de quilômetros quadrados, a fim de evitar “*frações de pessoas*”. Importa muito, igualmente, que tudo seja feito a partir de uma perspectiva comparativa, pois, dada a grande incerteza a respeito das superfícies, inserir as estimativas acerca do Brasil em tipologias mais amplas permite um tanto mais de segurança.

Casos caribenhos.

Assim, é possível sugerir que as regiões escravistas do hemisfério norte, especialmente

do Caribe, tinham concentrações maiores que as da América Meridional, como se vê pelos casos da Jamaica e de Barbados. Em 1817, na Jamaica, havia cerca de 250 habitantes de qualquer condição a cada 10 km², mas isso representava densidade muito menor que a de Barbados, de mais de 2100 habitantes a cada 10 km² em 1810 (HIGMAN, 1995, 77). O Caribe Inglês nem sempre era tão denso, mas preponderavam nitidamente as grandes concentrações. Em 1830, St. Kitts tinha 1479 habitantes a cada 10 km²; Nevis, 1261; Antigua, 1408; Montserrat, 790; as Ilhas Virgens, 519; Dominica, 256; St. Lucia, 324, e St. Vincent, 767. Enquanto isso, Grenada alcançava 877 e Tobago, 510. Entre as áreas mais marginais do Caribe Britânico, apenas Anguilla alcançava um patamar respeitável, com 387, pois as outras eram tão vazias quanto o Brasil. As Honduras Inglesas tinham 2, as Ilhas Cayman, 62; as Bahamas, 13 e Barbuda, 33 (HIGMAN, 1995, 41; 77).

Saint Domingue é considerada juntamente com a Martinica e com Guadalupe. O Caribe Francês ainda assim se destaca, aproximando-se mais da Jamaica, com cerca de 140 habitantes a cada 10 km² após o terceiro terço do século XVIII (população em BLACKBURN, 2002, 17).

Isso, no entanto, não estava ligado unicamente às características da metrópole de cada local. O caso de Porto Rico ajuda a visualizá-lo. Nos cerca de nove mil quilômetros quadrados da ilha, tem-se que em 1820 ela estava próxima dos duzentos mil habitantes, de modo que a densidade demográfica apontava para cerca de 200 habitantes para cada 10 km², número que avançou para 350 em 1834 (SONESSON, 1990, 36; 66).

A situação havia sido diferente em 1777 e em 1787. Naquele ano, havia 78 habitantes de qualquer condição a cada 10 km², marca que em 1787 atingiu 115 (MINTZ, 1989, 87). Esses valores já eram importantes, mas é negável que as

Independências no continente colonizado pela Espanha haviam induzido a metrópole a liberar e induzir crescimento na ilha. O fato de que o açúcar e depois o café tiveram ligação com esse crescimento, assim como a circunstância de que ele esteve articulado à conexão mercantil com St. Thomas (SONESSON, 1990), indicam que a supressão do tráfico e do cativo nas colônias caribenhas das outras potências europeias também teve uma parte da responsabilidade. Mas mesmo esses indicadores da época anterior ao crescimento mais acelerado de Porto Rico compararam positivamente com a situação das colônias portuguesas do hemisfério Sul.

Porto Rico deixou a indicação de que o fenômeno não estava relacionado exatamente à metrópole que governava cada uma das áreas. Já o caso de Cuba faz com que voltemos a pensar nisso. Em 1827, após passar dez anos com crescimento de 2,5% ao ano⁶, a população cubana atingiu mais de setecentas mil pessoas, apontando para uma densidade de 64 habitantes a cada 10 km², grande em comparação com as do Brasil fora da Bahia e longe do Rio, mas bem modesta no quadro caribenho (LE RIVEREND, 1985, 180, 189). Essas densidades são semelhantes às de Campos dos Goitacazes, como será visto, e bem inferiores às de Porto Rico, o que é particularmente sugestivo, diante do fato de a população urbana ser bem maior em Cuba (Havana crescera bem mais que San Juan). Isso tinha mudado um pouco em 1841. Neste ano, havia em Cuba quase 90 habitantes de qualquer condição a cada 10 km² (LE RIVEREND, 1985, 320).

A questão relativa a Cuba é a de que, também quanto a isso, a diferenciação entre ocidente e oriente da ilha, assim como a diversidade interna a cada uma dessas regiões, tem grande

poder explicativo. Assim, as variações eram muito grandes ao redor do ano de 1860. No Ocidente, podem ser citados casos com densidades acima dos 270 a cada 10 km², chegando a verificar-se mais de mil na Comisaria de la Jurisdicción de Güines (PEZUELA, 1863, 512-3)⁷. Mas no mesmo Ocidente podiam ser encontradas na mesma época densidades tão baixas quanto às situadas entre vinte e noventa⁸. No Oriente, apesar deste ter passado a abrigar produção açucareira apenas mais recentemente, a situação não era muito diferente. Também apareciam densidades muito altas, ligadas à produção de açúcar. Havia, claro, semidesertos onde era preciso varrer mais que um quilômetro quadrado para encontrar um habitante⁹. Mas, no outro extremo, eram encontráveis casos estritamente “caribenhos”, semelhantes aos mais densos do Ocidente da Ilha, com valores que alcançavam 620, 622 ou 1009, casos, respectivamente, de Guiniao, Guisa e Gibara¹⁰. Cuba mostrava nessa época situações extremas. Com densidades altíssimas ligadas a um padrão caribenho entre mescladas com semidesertos à moda brasileira. No Brasil, como se verá, também havia áreas agrárias fortemente ocupadas em meio a vazios relativos. Mas dificilmente as densidades, esmo as maiores dentre elas, alcançavam os patamares atingidos em

7 Casos acima dos 170 (valor atinente a Mangas, em 1858; cf. PEZUELA, 1863, III, 572-3) eram, por volta de 1860, os de Guara (270; PEZUELA, 1863, II, p. 512-3), Managua (294; III, p. 567-8), Esperanza (339; II, p. 300-2), Madruga (357; III, p. 550), Macurijes (351; III, 544-5), Macagua (468; III, p. 538-9), Gibacoa (503; II, p. 385-6), Guanajay (570; II, p. 476) e de La Güira de Melena (590; II, 556). Todos os dados ente parênteses nesta nota provêm de PEZUELA, 1863.

8 De cerca de vinte era a de Guane; de aproximadamente noventa, a de Manicaragua (ver, respectivamente, PEZUELA, 1863, II, p. 486-7 e II, p. 582-3). Entre esses dois valores situavam-se os casos de Guaniquical (22; II, p. 490-2), Hanábana (25; III, p. 391), Consolación del Sur (35; II, p. 136), Guacabuya (39; II, p. 516-7), Consolación del Norte (45; II, p. 133) e Guayabal (66; II, p. 522-3). Todos os dados ente parênteses nesta nota provêm de PEZUELA, 1863.

9 Era o caso de Magarabomba, Jójó e Guá, por exemplo. Ver PEZUELA, 1863, III, 556-7, III, 490-1 e II, 420-1.

10 Respectivamente em PEZUELA, 1863, II, 553, 564, 390-1. Fray Benito e Maniabon ficavam no meio do caminho, com 234 e 159 (PEZUELA, 1863, II, 375-6, III, 577-8), ao passo que os casos de Maraguan (III, p. 608), Mabujabo (III, 534-5), Dátíl (II, 236-7), Enramada (II, p. 278-81), Guabasiabo (II, p. 425-6) e Guaimaro (II, p. 430) situavam-se entre os 11 e os 84 habitantes a cada 10 km². Só foi possível localizar um caso das partes centrais da Ilha, o de Cumanayagua, onde havia na mesma época 66 habitantes a cada 10 km² (II, p. 223-5). Todos os dados ente parênteses nesta nota provêm de PEZUELA, 1863.

6 Segundo Le Riverend, após o grande crescimento demográfico cubano das primeiras décadas do século XIX, só restavam, na segunda metade do século, “por poblar alguns zonas de Puerto Príncipe y el norte de Oriente” (LE RIVEREND, 1985, p. 174).

Cuba, de modo que um contraste norte/sul no interior dos países que emergiram da colonização espanhola e portuguesa ajuda muito a prever o que se passava com as densidades demográficas.

O caso de Trinidad é interessante para qualificar o impacto do tipo de metrópole na questão. A ilha, espanhola em 1777, antes de iniciativas mais decididas do Estado metropolitano para povoar a ilha, tinha cerca de 3 habitantes de qualquer condição a cada 10 km². Isso deve ter aumentado durante os anos seguintes, mas não guarda qualquer capacidade de comparar-se ao que se deu ali após a passagem para mãos inglesas. Mais de setenta habitantes a cada 10 km² em 1810 e mais de 85 em 1830 (HIGMAN, 1995, 77, 415; MATTHEWS, 2007, 90). Havia vazios mais antigos no Caribe hispânico. Na Santo Domingo espanhola, devia haver em 1794 uns vinte habitantes a cada 10 km² (LARRAZABAL BLANCO, 1967, 184), valor próximo ao atinente ao Rio das Mortes, Minas Gerais, em 1821 (18, como se verá).

Algumas áreas continentais de colonização espanhola.

Bom para comparar é Jalapa, no México, área que conteve algumas *haciendas* escravistas, mas que não era vista como das mais densamente povoadas da então Nova Espanha. Ao redor de 1700, em cada dez quilômetros quadrados havia 19 a mais de trinta habitantes, chegando a razão a algo entre 35 e mais de cento e vinte em 1793 (CARROLL, 2001, 13, 169-171). É proveitoso comparar isso com os dados sobre Minas Gerais expressos mais adiante. A densidade em Jalapa era de duas a sete vezes maior que a alcançada pela comarca do Rio das Mortes quatro décadas mais tarde.

A Venezuela também era bem diferente de Minas quanto à população total, tendo havido ali algumas populações bem mais densas. A

questão deve ser observada por províncias. Em Caracas, cerca de 37 habitantes a cada 10 km². Em Barcelona, 13 a cada 10 km², sendo o número relativo a Cumaná de 16, o de Coro da ordem de 11, o atinente a Mérida de 45, o relativo a Carabobo de 63 e o de Barquisimeto de 58 habitantes a cada 10 km² (LOMBARDI, 1971, 162). É preciso observar que essas avaliações por províncias escondem concentrações bem mais alentadas, embora não urbanas, e o fazem porque também escondem vazios no interior de cada província. Estas últimas eram bastante extensas: a menor das consideradas, Mérida, ultrapassava na época os quatorze mil quilômetros quadrados; a maior das que foram levadas em conta, Caracas, tinha na época, seguramente, mais de sessenta mil quilômetros quadrados.

O paralelo é interessante com uma região colombiana de fronteira, historicamente considerada vazia e situada um pouco mais próximo do equador que a Venezuela, Chocó. A densidade foi sempre baixa: 3 a 4 habitantes a cada 10 km² em 1820; dois a três em 1825; três a quatro em 1835; 4 a 5 em 1843 e sete em 1851 (dados de base em SHARP, 1976, 11, 199).

O restante da Colômbia era diferente em 1835. Nos Llanos, área de criação de gado, a região inteira tinha 2 habitantes a cada 10 km², número que variava, conforme o município, entre 1 e 17. Nos Vales de Cúcuta, área com algum cacau e história de cativeiro a ele associado, o valor regional era de 79 habitantes a cada 10 km², enquanto na encosta ocidental da Cordilheira Oriental, onde se encontravam então açúcar, tabaco, aguardente e outros produtos tropicais, o patamar era de 107 habitantes a cada 10 km². Neste último caso, os valores municipais oscilavam entre 40 e 142. Na área de Santander, de concentração algodoeira e artesanal, a densidade era de 174, com números atinentes a municipalidades variando entre 105 e 252. Na cordilheira

Oriental, onde se cultivava grande quantidade de trigo, de milho e de outros alimentos, o valor regional alcançava 137, ao passo que suas diversas partes oscilavam entre 39 e 303. No alto Madalena, novamente região criadora de gado, o valor regional só alcançava cerca de 25 a cada 10 km², com totais municipais situados entre os 11 e os 33. As áreas mineradoras ao Sul não eram muito mais cheias. Antioquia tinha 39 e o Vale do Cauca, 31, sendo os valores municipais situados entre 3 e 98 na primeira delas e fortemente concentrados ao redor do valor regional, na segunda.¹¹

Um parâmetro peruano é muito útil, de modo que uso aqui dados a respeito de diversos partidos da província de Cuzco em 1795. Urbamba devia ter nessa época cerca de 15 habitantes a cada 10 km². Em Calca e Lares, aproximadamente 40. Em Paucartambo, ao redor de 10. Em Abancay, não mais que 85. Em Cotabambas, a densidade não ultrapassava os 80 a cada 10 km². No partido de Aymaraes, ficava em torno de 36. Em Chumbivilcas, não chegava a 20, ao passo que em Quispicanchis não ultrapassava 25. A da província como um todo, incluído o núcleo homônimo, era de 27 em 1795 e de 32 em 1876¹². Esses números relativos a áreas que eram ou haviam sido de colonização espanhola na América do Sul são trazidos aqui pelo fato de que, além de um contraste entre as Antilhas e a América do Sul, insinua-se uma marcante diferença entre as partes da América do Sul mais avizinhas do Atlântico Norte e um mundo mais meridional e vazio.

A Jurisdição de Natá, então Nuevo Reino de Granada/Colômbia e hoje em dia no centro do Panamá, era semelhante em densidade a Santo Domingo, e igualmente derivava de processo de povoamento que remontava ao início do

século XVI (a povoação homônima de Natá). A diferença é a de que possivelmente essa área do Panamá voltada para o Pacífico tenha sido mais tocada pelo cativo que Santo Domingo, embora tenha permanecido com forte foco na pecuária. Havia ali 20 habitantes de qualquer condição a cada 10 km² em 1803, número que em 1843 chegou a 36. Na parte mais propriamente pacífica da região, que controlava as margens do golfo do Panamá – o distrito de Antón –, é possível que a densidade tenha variado de 13 a 17, no primeiro daqueles anos, e entre 24 e 31 habitantes a cada 10 km², em 1843 (JAEN SUAREZ, 1969, 48).

Locais do hemisfério Sul comparáveis, no início do século XIX, a Santo Domingo e ao Panamá (atual) eram a *Campaña* da província de Buenos Aires, Córdoba e o Paraguai. Quanto à *campaña*, estima-se que a área efetivamente utilizada, excluindo-se a cidade de Buenos Aires, dificilmente ultrapassava os 30 mil km². Disso resultavam cerca de 20 habitantes a cada 10 km² (GIHRR, 2004, 26, 47). Incluir a população da cidade de Buenos Aires no cômputo equivaleria a dobrar, aproximadamente, os valores mencionados, mas a imagem de deserto permaneceria, pois a densidade ficaria parecida com a de Jalapa em 1793, local onde não havia nenhum centro urbano da mesma magnitude.

Tendo em vista que a expansão da ocupação na *Campaña* era recentíssima na década de 1810, vale a pena observar outra área da atual Argentina, só que dessa vez de ocupação mais antiga: é o caso de Córdoba. Estudos a respeito do povoamento e da ocupação da área no final do século XVIII apontam para dois tipos de evidência: primeiramente, a de que a região era um nó de caminhos, o que espalhava correntes de povoamento por toda a área da província no século XIX; em segundo lugar, a de que a ocupação tinha como eixo decisivo aquele estendido no

11 Todos são cálculos de BRUNGARDT, 1990, apenas adaptados ao número de habitantes a cada 10 km²

12 Dados em VAN DEN BERGHE e PRIMOV, 1977, p. 11, 271, 275 e WALKER, 1999, p. 9.

sentido sudeste-noroeste, com maior concentração na área central, ao redor da capital provincial (CELTON, 1988). Essa combinação cria dificuldades para estimar a área efetivamente ocupada durante a primeira metade do século XIX, mas parece possível apontar para uma densidade de entre 8 e 15 habitantes a cada 10 km². Isso já constituía um grande avanço frente a 1778, época durante a qual a densidade da população total devia ser de algo entre 4 e 8 habitantes a cada 10 km².

Quanto ao Paraguai, estudos dos anos 1990 evidenciam que, durante o final do período colonial e ao longo da primeira metade do século XIX, as áreas mais densamente povoadas correspondiam a cerca de um quinto do território atual e se localizavam na margem leste do rio Paraguai, especialmente na parte meridional da região. Na colônia/país como um todo, teriam vivido umas cem mil pessoas no final do século XVIII e uns 240 mil habitantes em 1846 (BRUNNIARD, 1993, p. 46-47; WHIGHAM, 1991, 52). Atribuindo a esse quinto mais ocupado do território entre dois terços e quatro quintos da população total, chega-se a uma densidade de entre 8 e 10 habitantes para cada 10 km² em relação ao fim da década de 1790. Quanto a 1846, a densidade, no interior desse quinto mais povoado, teria chegado a algo que ficava entre 20 e 25 habitantes a cada 10 km².

No Brasil.

Uma situação brasileira muito apta a surpreender era a de Minas Gerais, a principal província escravista do Império Brasileiro. Em 1821, haveria lá 8 habitantes a cada 10 km², chegando o número a dez na comarca de Ouro Preto e a 18 na do Rio das Mortes, pois é preciso tomar regiões nucleares na análise, por haver em Minas regiões distantes do controle imperial, ou então vazias (MATOS, 1981, II, 59-62). Mas é inegá-

vel que um comparativamente longo período de exportação de ouro não fizera muita coisa ali na direção de incrementar o povoamento.

Mais ao Sul eram muito comuns essas áreas quase desérticas. Palmeira, em 1835, ainda fazia parte da vila de Curitiba, como freguesia rural que abrigava a atividade central da área na década de 1830, a criação de gado articulada ao negócio de tropas de mulas que vinham do extremo sul. O estabelecimento da paróquia em 1813 conduziu à designação de um “*juiz comissario da devisão da freg.*”. Este usou rios locais, grandes ou pequenos, para estabelecer divisas que apontavam para cerca de seis mil quilômetros quadrados¹³. Isso é muito grande, mas o local se ligava à estrada que unia o extremo sul a Sorocaba, além de a paróquia não ter, nessa época um sertão oeste, cercada que estava por localidades mais antigas. Como existia alguma dificuldade para definir seus limites quanto à paróquia vizinha, de Campo Largo, também pertencente a Curitiba, é possível estimar que sua população total, em 1835, devia andar pela casa das 1800 pessoas, das quais algo em torno de 550 eram escravos, o que conduz, pensando-se em uns cinco mil quilômetros quadrados retalhados por grandes fazendas de gado e por ínfimas posses de agricultores que normalmente não eram brancos, a algo ao redor de 4 habitantes de qualquer condição a cada 10 km². É possível que essa estimativa da área de Palmeira seja bastante exagerada, contendo muitos “*desertos de dentro*”, isto é, vastas áreas não utilizadas, mas situadas dentro da freguesia, e não em seus limites oeste ou sul. Em Curitiba, por exemplo, ainda se falava, em 1829, de terrenos “*cercados de natureza*”, mas situados no interior do rocio da vila (Termos de vereança, 1929, 103).

Quanto às áreas do atual Paraná, a fim

¹³ Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira. 1º livro do tombo da matriz da Palmeira, fl. 2-3v; Arquivo do Estado de São Paulo. Lista de habitantes da freguesia da Palmeira, 1835.

de evitar os “desertos”, vale a pena observar as densidades tendo em conta as áreas totais das propriedades e posses cadastradas em 1818, segundo a análise de Gutiérrez (2006, 111; população em MÜLLER, 1978, 143-145). Em Castro, elas somavam 10510 km² em 1818, tendo a vila 6190 habitantes em 1836, ou 5 a 10 habitantes a cada 10 km². Curitiba englobava nessa época Palmeira e São José, alcançando as propriedades de seu termo cerca de cinco mil quilômetros quadrados, o que implicava 30 a 40 habitantes a cada 10 km². A Lapa, 1588 km² e 25 a 35 habitantes a cada 10 km². No litoral¹⁴, aos cerca de 1500 km² que então tinha Antonina correspondiam cerca de 40 habitantes a cada 10 km², montante que em Paranaguá¹⁵ alcançou aproximadamente 45 habitantes a cada 10 km².

Esses dados sobre a parte de São Paulo, que hoje constitui o Paraná, mostram valores um tanto mais expressivos para o litoral, valores esses que não podem ser explicados por relações com a atividade principal, no caso ao negócio de tropas. É claro que estão a indicar a importância dos cultivos de alimentos no Brasil, embora, evidentemente, seja ainda mais provável que eles, calculados com base no cadastro de terras de 1818, mostrem com muita vivacidade a incompletude do mesmo cadastro. Talvez as duas coisas estejam em jogo. Ainda assim, chama a atenção o fato de que locais economicamente inexpressivos tenham parecido mais povoados que as áreas do café ou do açúcar de São Paulo, cujos valores foram obtidos da mesmíssima maneira, conforme será visto. No mínimo, passa a valer a pena observar a densidade em localidades paulistas para as quais se encontram na historio-

14 No caso do litoral do atual Paraná, não é conveniente utilizar os dados do cadastro de terras de 1818. Para Antonina, foram somadas as superfícies atuais de Antonina e Morretes. No de Paranaguá, somaram-se as áreas de Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaraqueçaba, sendo este último um fator de dificuldades imensas, pois Guaraqueçaba abria caminho para uma extensa área desocupada por imperiais ao norte da baía de Paranaguá.

15 Uns 2000 km², tentando-se descontar o sertão que se estendia a partir de Guaraqueçaba.

grafia os dados do cadastro de 1818, desde que se recorde que o procedimento, nesse caso, pode ter inserido distorções.

Em Bananal, a densidade devia ser de 50 a 60 habitantes a cada 10 km² (total de propriedades cadastradas – com ou sem escravos – em 1818 de acordo com CANABRAVA, 2005, 211; população em 1836 de acordo com MÜLLER, 1978, 132 e MOTTA, 1999, 63). Em Piracicaba, ela seria de 30 a 40 (CANABRAVA, 2005, 211; MÜLLER, 1978, 141). Note-se que a área total das propriedades cadastradas em 1818 corresponde a quase o dobro do território de Bananal nos dias de hoje. Caso se corrija a estimativa a partir dessa constatação, acabar-se-á por perceber que a impressão não muda muito. O dobro de cada um dos números obtidos acima ainda constitui um patamar de baixa densidade.

Quanto a Itapetininga, os dados do cadastro apontam para mais de sete mil quilômetros quadrados. Digamos que se tratava de uns 4000 (CANABRAVA, 2005). Isso conduz a uma densidade de 25 a 30 habitantes a cada 10 km², valor que em Itapeva (mais de 4300 km²) alcançou em 1836 algo entre 9 e 10 e, em Sorocaba (mais de 1100 quilômetros quadrados), cerca de 100. No Vale do Paraíba não cafeeiro, tem-se para Jacaréi (cerca de 400 km²), algo em torno de 200; São José dos Campos teria dimensões semelhantes às de Jacaréi, de modo que sua densidade teria estado ao redor de 100. No tocante ao litoral, os dados do cadastro permitem atribuir a Santos mais de 1200 km², e assim uma densidade de cerca de 50 habitantes a cada 10 quilômetros quadrados (CANABRAVA, 2005; MÜLLER, 1978)¹⁶.

Quanto a uma área açucareira relati-

16 As dimensões estimadas neste parágrafo foram confrontadas com as que se infere das distâncias centro a centro expressas em MARQUES (1980). Não violentam demais os dados, à exceção de Itapetininga, motivando a ressalva feita no texto. Quando foi impossível estabelecer qualquer relação entre ambos os números, os dados do cadastro foram deixados de lado (ver CANABRAVA, 2005).

vamente antiga no Rio de Janeiro, Campos dos Goitacazes, podemos utilizar informações de um relato do final do século XVIII (REYS, 1998) para calcular, em termos aproximados, que a área sob controle dos povoadores locais devia oscilar ao redor de uns sete ou oito mil quilômetros quadrados. Isso fica a meio caminho entre a área do atual município de Campos e as dimensões totais do Norte Fluminense. Os dados sobre a população local em 1789 e 1836 (SOARES, 2009, 34) indicam a passagem de 29 habitantes a cada 10 km² para 69 em 1836. De certa forma, eram necessários muita cana, povoamento relativamente antigo e participação comparativamente alta dos escravos na população para que Campos alcançasse, em 1789, a densidade de uma área não muito central do México (Jalapa em 1794).

Tanto Piracicaba quanto Bananal eram áreas de ocupação recente no final do século XVIII e início do seguinte. Se observarmos da mesma forma uma área de ocupação mais antiga – Itu –, chegaremos a 75 habitantes a cada 10 km², mais ou menos o dobro da densidade de Piracicaba; tratava-se, no entanto, de densidade menor que a de Parati em 1840 (CANABRAVA, 2005, 211; MÜLLER, 1978, 140). Se essas estimativas de densidade forem dobradas, Itu continuará exibindo densidades muito menores que as de Porto Rico. Um pouco mais densa era a vila de Porto Feliz. Quanto a ela, o mesmo procedimento em relação à área acusa uns 720 quilômetros quadrados, conduzindo a 150 a 160 habitantes a cada 10 km² (CANABRAVA, 2005, 211; MÜLLER, 1978, 140)¹⁷.

No Vale, os dados de Pindamonhangaba sugerem uns 1380 km², assim como uma densidade de algo entre os 50 e os 60 habitan-

tes a cada 10 km². Em Areias, algo na faixa de 170 habitantes de qualquer condição a cada 10 km². Taubaté, com uns 830 km², tinha 140 a 150 habitantes a cada bloco de dez quilômetros quadrados (CANABRAVA, 2005, 211; MÜLLER, 1978, 133, 134).

Uma única vez, pode-se recorrer a dados da segunda metade do século XIX. Quanto à Ribeirão Preto de 1872, a densidade dificilmente ultrapassaria os 90 habitantes a cada 10 km². Esses seriam os valores se fosse tomada em consideração exclusivamente a fazenda do Rio Pardo, núcleo do povoamento da região. Caso a área de referência fosse cinco vezes maior, a densidade ficaria ao redor de 18 a cada 10 km²¹⁸.

É bom, quanto a Bananal e Pindamonhangaba, poder compará-los com o Vale do Paraíba Fluminense. Estaremos subestimando a área com cobertura cafeeira do Vale na província do Rio de Janeiro se estimarmos que ela abrangia municípios cujos territórios, somados, cobriam de 10 a 12 mil quilômetros quadrados¹⁹. Isso é bem impreciso, pois é possível que a área desses municípios fosse maior que o esperado aqui. Basta manter-se em mente que as densidades estimadas estarão ligeiramente superestimadas. Ela devia situar-se entre 110 e 135 habitantes a cada 10 km²²⁰. Nada demais, portanto.

Durante a primeira metade do século XIX, a área sob o controle da freguesia de Parati, no litoral meridional do Rio de Janeiro, devia ultrapassar os mil quilômetros quadrados. O reverendo Pizarro e Araújo atribuía à paróquia 13 léguas de litoral e informava que a freguesia alcançava até umas 7 léguas terra adentro, e quan-

17 Em relação a Itu e Porto Feliz, estimar sua extensão através da área total das propriedades apresenta alguma consistência com a extensão que se infere das distâncias entre o centro de cada município e o de seus vizinhos da forma como ela aparece em MARQUES, 1980, levando em conta o fato de que as informações deste autor já levam em conta os desmembramentos de municípios do final dos anos 1850.

18 Conforme população, mapas e narrativa contidos em LOPES, 2008; as distâncias núcleo a núcleo comunicadas por Azevedo Marques apontam mais para a menor que para a maior densidade; cf. MARQUES, 1980, 210.

19 Pirai, Resende, Barra Mansa, São João Marcos, Valença, Vassouras, Paraíba do Sul, Cantagalo, Nova Friburgo e Santo Antônio de Sá.

20 Estimado a partir de dados contidos em SALLES, 2008, 140; 149; 185.

to ao interior só se referia a esse ponto máximo. Isso parece exagerado, levando a que se fique com uma estimativa de uns mil km² (ARAÚJO, 1943-1946, 31-33). Os dados de população disponíveis para 1840 apontam para densidade de 92 para cada 10 km². Os de 1850, para uns 130 (SALLES, 2008, 185). Tratava-se, então, de população mais concentrada que em Campos, de modo que, por volta da segunda metade da década de 1830, os dois casos eram análogos quanto a isso. Angra dos Reis era ainda mais densa. Como aproximação, podem ser-lhe atribuídas dimensões semelhantes às de Parati, do que resultam, para 1840, 225 habitantes a cada 10 km²; em 1850, a densidade alcançou pouco mais de 240 habitantes a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 60-61; SALLES, 2008, 185).

Mas a situação de Parati e de Angra dos Reis parece fazer referência à vizinhança de portos de relativa importância. Se observarmos a Ilha de Santa Catarina em 1814, estaremos diante de outra área de influência portuária. É preciso suprimir os dados sobre a área e a população do próprio porto e do núcleo urbano que se estruturava ao seu redor, a fim de dar atenção às áreas rurais organizadas em derredor. Suprime-se, assim, a população classificada nos mapas de população do período como atinente à “*Villa Capital do Desterro*”, dando-se atenção apenas à das freguesias do Ribeirão e Rio Tavares e de Nossa Senhora da Conceição das Necessidades²¹. É mais difícil estimar o quanto precisaria ser desconsiderado dos pouco mais de quatrocentos quilômetros quadrados do território da Ilha. Suprimimos uns vinte por cento, associando-os ao núcleo urbano; isso talvez seja um exagero, mas aponta para uma densidade das duas paróquias aludidas situada na casa dos 120

21 LABHSTC/UFSC. Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do ano de 1814 (extrato das informações do original depositado na Biblioteca Nacional – seção de manuscritos, I-31, 29, 18 n. 6; a professora Beatriz Mamigonian gentilmente franqueou o acesso a esses dados).

habitantes a cada 10 km².

Maragogipe e Jaguaripe em 1816-1817, paróquias baianas muito voltadas para o cultivo da mandioca, deviam ter na época, somadas, mais de 1000 km². Tendo existido ali mais de 11500 escravos em 1816 e 1817, é de se supor que teria havido cerca de 100 escravos a cada 10 km² naqueles anos (estimativas dos limites das freguesias e população escrava em BARICKMAN, 2003, 40, 214-215). São Pedro do Rio Fundo, por outro lado, paróquia canavieira, embora não das de maior concentração populacional, também devia ter, em 1854, cerca de 100 escravos para cada 10 km². A Comarca de Cachoeira devia ter em 1847 entre 220 e 240 habitantes a cada 10 km², enquanto no município de Jaguaripe daquele mesmo ano a densidade deve ter ficado entre os 140 e os 150 habitantes a cada 10 km² (BAHIA, 1848, 92). A comarca de Nazaré devia ter no mesmo ano 180 a 190 habitantes a cada 10 km². Jaguaripe, vista logo acima, era parte dela. Também pertenciam a ela a Ilha de Itaparica, onde (observe-se, para comparar, o caso de Itamaracá, em Pernambuco, visto à frente) devia haver mais 500 habitantes de qualquer condição a cada 10 km², e o município de Nazaré, com aproximadamente as dimensões de Jaguaripe, compondo mais de 200 habitantes a cada 10 km².

Santiago do Iguape era uma paróquia canavieira muito rica e com população escrava muito concentrada (ela era parte do município de Maragogipe, já visto). Infere-se, para 1835, uma densidade de cerca de 220 habitantes a cada 10 km², próxima à de Porto Rico de uns quinze anos antes (BARICKMAN, 1999, 10, 14; estimativas dos limites da freguesia em BARICKMAN, 2003, 40). Foi preciso apontar diretamente para antiguidade do povoamento, centralidade do produto exportável, forte relacionamento com o tráfico de escravos e com a retenção de popula-

ção escrava – situação de Iguape – para chegar a alguma coisa próxima ao Caribe (mesmo não se tratando do Caribe mais central e decisivo) no interior do Brasil.

O Nordeste, evidentemente, não era todo assim, especialmente mais ao norte. Quanto ao Ceará, dispõem-se de estimativas para a década de 1810. Em Aracati haveria 96 habitantes a cada 10 km². Em Aquiraz, 40. Perto de Fortaleza havia alguns povoados minúsculos, alguns com “uma légua em quadra”²². Mas havia na capitania igualmente vilas gigantescas, como Sobral. Nos mais de 15 (talvez mais de trinta) mil quilômetros quadrados que constituiriam sua área, haveria de 8 a 12 habitantes a cada bloco de 10 km². Para o interior, Vila Viçosa Real tinha então 72 habitantes a cada 10 km². Vila Nova de El-Rei era outro município gigantesco, contando com 2 a 4 habitantes de qualquer condição a cada 10 km². Campo Maior, igualmente alentada, tinha 4 habitantes a cada 10 km². Paulet, nossa fonte, carece de dados sobre a superfície ou a população de vários municípios do sertão, mas inseriu informações sobre São Bernardo: 12 a 16 habitantes a cada 10 km² (PAULET, 1997, 13-30).

Quanto à Paraíba, é possível utilizar as estimativas de população e a tipologia regional de Linda Lewin. O Litoral, área canavieira, teria em 1782 mais de 70 habitantes a cada 10 km². A Caatinga-Agrete unida ao Brejo, mais de 4, enquanto o Sertão (o do Cariri e o Alto Sertão) teria então tido pouco menos que 4 habitantes a cada 10 km². Em 1872, a densidade no Litoral teria passado para mais 180 habitantes a cada 10 km². A da Caatinga-Agrete unida ao Brejo, para cerca de 100, ao passo que a do restante da província teria atingido cerca de 40 (LEWIN, 1993, 39-55).

Abaixo da Bahia, no Espírito Santo,

22 A fonte quanto a isso, Antônio José da Silva Paulet, usa como unidade uma légua de cerca de 3 km.

na região da capital, cujo núcleo urbano não deve ter impactado muito os números, havia em 1856 de 12 a 15 habitantes de qualquer condição a cada 10 km². Na de Itapemirim, a densidade, na vasta e desigual região, estava entre 6 e 7 a cada 10 km². Na dos Reis Magos, a parte ocupada devia ter cerca de 4 habitantes de qualquer condição a cada 10 km² em 1856 (informações pertinentes em ALMADA, 1984, 68-70).

O caso de Iguape, referido acima, estimula que se olhe para um outro tipo de área que pode ser estratégico para o argumento vertente. Referimo-nos a paróquias que, embora rurais, fizessem parte da cidade do Rio de Janeiro. Irajá e Inhaúma, em 1821, tinham, respectivamente, 224 e 676 habitantes a cada 10 km² (dimensões em ARAÚJO, 1943-1946, v. 3, 12 e v. 4, 33-34; população em LOBO, 1978, 135). O número relativo a Inhaúma havia passado já de 1760 em 1849, enquanto o de Irajá, chegou a 367 (dados de população em HOLLOWAY, 2008, 33). Talvez Inhaúma já tivesse alcançado uma relativa urbanização pela altura do final da década de 1840. Voltamos a patamares caribenhos, só que para tanto foi necessário chegar quase dentro da parte urbanizada da maior cidade do centro sul do Império. O reverendo Pizarro forneceu limites bem menos precisos para a freguesia de Campo Grande. Ainda assim é possível calcular a densidade vigente ali, em 1821, como tendo ultrapassado 195 pessoas a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 201; LOBO, 1978, 135), chegando a 434 em 1849 (dados de população em HOLLOWAY, 2008, 33). Quanto a 1821, é possível também obter dados sobre a densidade do curato de Santa Cruz, na extremidade da parte rural da cidade do Rio. Seriam 260 habitantes a cada 10 km². O caso da Ilha do Governador, em 1821, repete o que foi visto quanto a Itaparica e será visto no tocante a Itamaracá, embora, diferentemente das anteriores, não houvesse

atividades exportadoras. Havia, em 1821, 598 habitantes a cada 10 km² da ilha (LOBO, 1978, 136). Em 1849, a densidade em Santa Cruz teria alcançado 315 e a da Ilha do Governador, 1220 habitantes a cada 10 km² (dados de população em HOLLOWAY, 2008, 33).

Considera-se análogo o caso da Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Anexa a uma área produtora de cana de povoamento denso e longo, ela teria, entre 1826 e 1835, de oito a dez mil habitantes, compondo uma densidade de 1300 a 1400 habitantes de qualquer condição a cada 10 km² (SILVA, 1986, 60-61). Tratava-se de uma ilha, o que sempre tem efeitos. Pensando-se agora na Zona da Mata pernambucana, sem a possibilidade de excluir os núcleos urbanos de Recife e de Olinda, haveria ali em 1827 entre 240 e 310 habitantes de qualquer condição a cada 10 km². No Agreste, haveria na mesma data algo ao redor de 30 (SILVA, 1986, 60; EISENBERG, 1977, 34-35).

Como a província de Alagoas, apesar de conter diversidades atinentes ao povoamento, era pequena, sendo improvável que contivesse muitas áreas inabitadas, podem ser usadas suas dimensões para obter-se uma aproximação à densidade. Quanto a 1847, é preciso levar em conta que o município da capital, embora não fosse todo urbano, continha, evidentemente, alguma parcela urbanizada. Assim, considera-se o máximo de população rural de Alagoas em 1847 o montante atribuído à província inteira, e, como o mínimo, esse mesmo montante, excluindo-se o contingente que se julgava presente no município da capital. As densidades seriam de 60 a 70 habitantes a cada 10 km² (SILVA, 1986, 70).

A província de Sergipe apresenta um pouco mais de dificuldade. Houve muita controvérsia, durante a década de 1850, a respeito do tamanho de sua população, sendo os seus limi-

tes, mesmo os limites oficiais, também definidos de modo impreciso (um presidente da província chegou a avaliar sua extensão em 1040 léguas quadradas, o que, dependendo da definição de légua utilizada, podia significar até quase o dobro das dimensões que o estado de Sergipe tem atualmente). A população, por volta de 1850, teria ficado entre duzentos e duzentos e sessenta mil habitantes. Nesses frouxos parâmetros, a maior densidade possível para a província como um todo teria sido de c. 125 e a menor, de cerca de 55 habitantes a cada 10 km². A comparação com Alagoas sugere números mais próximos de 55 que de 125, de modo que será tratada como uma estimativa razoável aquela que situa a densidade em algo entre 60 e 100 a cada 10 km² (SILVA, 1986, 75).

Aquelas densidades nas áreas rurais nos arredores imediatos do núcleo urbano do Rio de Janeiro, embora tendessem a cair rapidamente à medida que as distâncias aumentavam, continuavam grandes para os padrões brasileiros. Em Magé, a densidade chegava a 136 habitantes a cada 10 km² em 1840²³. A paróquia de Santo Antônio de Sá, de acordo com informações do monsenhor Pizarro (ele fornece dados sobre limites e a respeito do número de “almas sujeitas a sacramentos” no final dos anos 1810), continha entre 55 e 65 habitantes a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 152). A de São João Batista de Itaboraí, segundo a mesma fonte, teria entre 170 e 200 habitantes a cada 10 km², e constituía área afetada pela presença de engenhocas (ARAÚJO, 1943-1946, 163). Na paróquia vizinha, Nossa Senhora do Desterro de Itambi, só havia cinco dessas fábricas, mas se tratava de freguesia bem menor. Haveria ali, no fim dos anos 1810, en-

23 *População em SALLES, 2008, p. 185; é necessário juntar o território de Guia de Pacobatiba e “deixar” a freguesia subir a serra, pois Pizarro, ao referir-se aos limites de Magé, chegava a escrever sobre pontos de contato da paróquia com a de Cantagalo, fazendo com que se estimem aqui cerca de 1000 quilômetros quadrados; cf. ARAÚJO, 1943-1946, v. 3, p. 63-64, 136-137; os limites que apontava para a freguesia especificamente de Magé sugerem cerca de 650 km².*

tre 130 e 150 habitantes a cada 10 km², considerando que na mesma freguesia se encontrava “encravada” a aldeia de São Barnabé (ARAÚJO, 1943-1946, 93). Saint-Hilaire reavaliou a extensão de São Gonçalo fornecida por Pizarro, embora tenha endossado sua estimativa sobre a população da área. Como se referiu a um diâmetro de 5 a 6 léguas, pode-se estimar a área da freguesia em uns mil quilômetros quadrados e sua densidade em algo entre os noventa e os cem habitantes a cada 10 km². Saint-Hilaire achou muito densa a população da paróquia, em contraste com Minas Gerais, onde havia segundo ele freguesias “*de comprimento de 80 a 100 léguas com apenas 11.000 habitantes*”. (SAINT-HILAIRE, 1974).

Na área de São João Marcos (ou do Príncipe), já no Vale do Paraíba, multiplicavam-se fazendas produtoras de alimentos e de alguma cana (monsieur Pizarro mencionou seis engenhocas de açúcar e quatro de aguardente que direcionavam alguma produção, “em sacos”, à Ilha Grande e daí ao Rio; cf. ARAÚJO, 1943-1946, 171). O conjunto da região devia ter mais de três mil quilômetros quadrados. A densidade devia chegar a uns 40 habitantes a cada 10 km² (SALLES, 2008, 185). Mais para o interior havia a freguesia de Pati do Alferes. No fim da década de 1810, haveria, se se levarem a sério os limites e a estimativa de população de monsieur Pizarro, uns 14 habitantes a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 97). No caminho entre o Rio de Janeiro e essas áreas do Vale, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim devia ter quase mil quilômetros quadrados - pois se estendia da raiz da serra até bem acima nesta última - e, talvez, cinco a seis mil habitantes em 1813. Isso produz uma densidade de 50 a 60 habitantes a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 224-225; 286). A população de Santo Antônio da Jacutinga devia ser um pouco menor, ao passo que a paróquia parece ter sido bem menos extensa, tal-

vez uns 30%. Assim, as densidades ali devem ter ficado na casa de 60 a 70 pessoas a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 144-145). A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, parte também da atual Nova Iguaçu, devia ter uns 300 km², do que decorre uma densidade de 50 a 60 habitantes a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 103-104). Já a de Piedade do Iguaçu, apesar de próxima, era maior e mais densamente povoada (devia ter mais que o dobro da extensão da anterior); tomando a sério as avaliações de Pizarro sobre qual devia ser a população adulta da área no final da década de 1810, imaginam-se cerca de 100 habitantes a cada 10 km² (ARAÚJO, 1943-1946, 87).

Vale a pena observar dados de escopo provincial. Pensando em um Rio de Janeiro de cerca de 40 mil km² (excluída a cidade do Rio de Janeiro, inclusive as paróquias rurais), teria havido em 1840 uns 90 a 100 habitantes a cada 10 km² (SALLES, 2008, 185).

Considerações.

A tentativa de utilização um pouco mais formalizada desses casos mostra os limites do tipo de informação que foi possível reunir. Foram agrupadas, quanto ao Brasil, as paróquias ou regiões não muito maiores que algumas delas nas categorias seguintes:

- as exportadoras (22 casos),
- as vizinhanças das cidades juntamente com os litorais produtores de alimentos (25 casos) e
- uma heterogênea categoria de “outros”, congregando sertões menos ligados ao comércio interno, áreas de pecuária e locais já abandonados pelas atividades exportadoras (21 casos).

Os resultados não surpreendem quanto

à última das categorias, marcada pela rarefação extrema (média de 32 habitantes a cada 10 km²). Por outro lado, reiteram as maiores densidades das áreas abastecedoras, em comparação com as exportadoras (média de 231 habitantes a cada 10 km² para as abastecedoras e de apenas 128 para as exportadoras). Mas, acima de tudo, o cálculo dos desvios padrão no interior de cada uma das categorias, mais que apontar, como era esperado, para a heterogeneidade no interior das categorias, mostra a fragilidade da informação que pôde ser obtida enquanto amostra. A dispersão é tão grande (desvios padrão bem superiores às médias) que fica claro ter o pequeno tamanho das “amostras” deixado algumas densidades extremamente altas perverterem a observação. A lição é a de que os dados produzidos no âmbito deste trabalho devem ser lidos como informação qualitativa, meramente exemplificadora.

Apesar das fortes concentrações de escravos nas áreas produtoras para a exportação, a densidade, nelas, era ultrapassada pela das áreas produtoras de alimentos que as circundavam, sobretudo as litorâneas. Isso se torna mais significativo se nos lembrarmos de que essa primeira metade do século XIX constituiu o auge das importações de africanos no Brasil (FLORENTINO, 2006). De forma análoga, as áreas produtoras de alimentos no litoral, mesmo que acessassem o mercado apenas fracamente, também ultrapassavam a densidade dos locais de produção de alimentos situados serra acima, mesmo que nestes a ligação com os mercados fosse mais intensa.

Isso leva a pensar na possibilidade de que, ao lado da agroexportação, as necessidades de abastecimento também causavam devastação. Deve ter ficado muito evidente que as estimativas aqui realizadas levam a retomar a ênfase na vitalidade da produção para o abastecimento. É preciso acrescentar agora que, especialmente no

litoral, ela não isolava seus participantes uns dos outros; por vezes, ao contrário, aglomerava-os.

Isso, no entanto, escondia diversidades imensas, inclusive no litoral. O fato de haver essas áreas vazias misturadas com aquelas de maior concentração limitava os efeitos da aglomeração. Além do mais, a capacidade de fazer crescer essas concentrações rurais de habitantes esbarrava em limites, como fica claro em virtude da comparação realizada com as áreas da antiga América Espanhola mais próximas ao Caribe, assim como com este último. Fica a sugestão de que o relativo isolamento brasileiro quanto às pandemias da primeira metade do século XIX pode ter tido a ver com a rarefação. Quando a densidade crescia em alguns lugares, por outro lado, a descontinuidade geográfica do processo de crescimento limitava seus efeitos.

Os casos estimados apontam para a circunstância de que o dinamismo das atividades exportadoras essenciais²⁴ não levava, tendencialmente, à concentração de habitantes em áreas muito densas. Em todo caso, fica ressaltada a diferença entre as lavouras canavieiras do Nordeste e do Centro-Sul brasileiros. No Nordeste, a exportação de açúcar produzia aglomerações caribenhas, mas nada disso ocorria no Centro-Sul, nem mesmo no Vale do Paraíba Fluminense.

A comparação entre o Brasil e as partes meridionais da América do Sul hispânica, de um lado, e o Caribe e as áreas caribenhas da América do Sul, por outro lado, indica que a cronologia importa: o Atlântico Norte foi muito marcado pelo crescimento econômico e demográfico, assim como pelas transformações ocorridas nas sociedades francesa e, sobretudo, inglesa durante o século XVIII. O Brasil e as ex-colônias meridionais da Espanha receberam, inversamente,

²⁴ Sobre o rápido processo de crescimento do açúcar e do café paulistas nessa época, ver, LUNA e KLEIN, 2005; MOTTA, 1999; PETRONE, 1968; MELO, 2009.

efeitos da comparativa letargia portuguesa e espanhola do mesmo século XVIII. O adensamento da população, nessas áreas, ou não ocorria, ou então se dava de modo descontínuo em termos espaciais.

No caso brasileiro, muita coisa viria a alterar-se durante o século XIX. A população escrava, mesmo tendo recebido muitos africanos na primeira metade do século, viria a decrescer, pelo fim do tráfico e pela crise do próprio cativo; mas o contingente livre crescia intensamente, segundo taxas que talvez chegassem perto dos 2% ao ano, antes mesmo da imigração mais maciça (SILVA, 1986) ²⁵. É possível especular que esse crescimento possa ter criado condições mais favoráveis, infelizmente, à entrada das pandemias do século XIX, a qual se iniciou em meados do mesmo século, com trágicas implicações (COOPER, 1975; HOCHMAN, 2009; PÔRTO, 2008; READ, 2009).

Tabela 1: Estimativas do número de habitantes a cada 10 km² (ou intervalo dentro do qual devia estar essa relação) em regiões selecionadas das Américas (c. 1790-1872)

Local	Ano	Habitantes a cada 10 km ²
Jamaica	1810	250
Barbados	1810	> 2100
St. Kitts	1830	1479
Nevis	1830	1261
Antigua	1830	1408
Montserrat	1830	790
Ilhas Virgens	1830	519
Dominica	1830	256
St. Lucia	1830	324
St. Vincent	1830	767
Grenada	1830	877
Tobago	1830	510
Anguilla	1830	387
Ilhas Cayman	1830	62
Bahamas	1830	13
Barbuda	1830	33
Haiti, Martinica e Guadalupe	1770	c. 140
Trinidad (espanhola)	1777	c. 3
Trinidad (inglesa)	1810	> 70
Trinidad (inglesa)	1830	> 85
Porto Rico	1777	78
Porto Rico	1787	115
Porto Rico	1820	200
Porto Rico	1834	350
Santo Domingo	1794	21
Cuba	1827	64
Cuba	1841	c. 90
Ocidente cubano	c. 1860	1070
Comisaria de la Jurisdicción de Güines	1858	590
La Güira de Melena	c. 1860	570
Guanajay	1858	503
Gibacoa	1858	468
Macagua	1858	381
Macurijes	1858	357
Madrugá	c. 1860	339
Esperanza	1858	294
Managua	c. 1860	270
Guara	1858	169
Mangas	1858	89
Manicaragua	c. 1860	66
Guayabal	1853	45
Consolación del Norte	c. 1860	39
Guaracabuya	1858	35
Consolación del Sur	1858	25
Hanábana	1858	22
Guaniquil	1853	19
Guane		
Oriente cubano	c. 1860	1009
Gibara	1857	622
Guisa	c. 1860	620
Guiniao	1858	234
Fray Benito	1857	159
Maniabon	1858	84
Maraguan	1858	76
Mabujabo	1858	45
Dátil	1861	32
Enramada	1858	13
Guabasiabo	c. 1860	11
Guaimaro	1858	9
Magarabomba	c. 1860	6
Jojó	1858	4
Guá		
Regiões centrais de Cuba		
Cumanayagua	1858	66
Jalapa, México	1793	35 – 120
Jurisdicção de Natá, Colômbia (Panamá)	1803	20
Jurisdicção de Natá, Colômbia (Panamá)	1843	36
Distrito de Antón, Colômbia (Panamá)	1803	12 – 18
Distrito de Antón, Colômbia (Panamá)	1843	24 – 32

²⁵ As taxas de crescimento da população total devem ter ficado em algum lugar entre um e meio e os dois por cento ao ano, conforme MARCONDES, 2009.

Tabela 1: Estimativas do número de habitantes a cada 10 km² (ou intervalo dentro do qual devia estar essa relação) em regiões selecionadas das Américas (c. 1790-1872)

Local	Ano	Habitantes a cada 10 km ²	Local	Ano	Habitantes a cada 10 km ²
Prov. de Carabobo, Venezuela	1838	63	Minas Gerais	1872	8
Prov. de Barquisimeto, Venezuela	1838	58	Comarca de Ouro Preto, MG	1821	10
Prov. de Mérida, Venezuela	1838	45	Comarca do Rio das Mortes, MG	1821	18
Prov. de Caracas, Venezuela	1838	37	Aracati, CE	1821	90 – 100
Prov. de Cumaná, Venezuela	1838	16	Aquiraz, CE	1819	35 – 45
Prov. de Barcelona, Venezuela	1838	13	Sobral, CE	1819	8 – 12
Prov. de Coro, Venezuela	1838	11	Vila Viçosa Real, CE	1819	70 – 80
Chocó, Colômbia	1820-	3 a 8	Vila Nova de El-Rei, CE	1819	2 – 4
Llanos, Colômbia – toda a região	1851	c. 2	Campo Maior, CE	1819	4
Llanos – juzgado de menor densidade (Pore e San Martín)	1835	1	São Bernardo, CE	1819	12 – 16
Llanos – juzgado de maior densidade (Morcote)	1835	17	Provincia de Alagoas	1847	60 – 70
Vales de Cúcuta, Colômbia – toda a região	1835	79	Provincia de Sergipe	1851	60 – 100
Encosta W da Cordilheira Oriental, Colômbia	1835	107	Comarca da capital, ES – parte ocupada	1856	12 – 15
Encosta W – juzgado de menor densidade (Muzo)	1835	40	Comarca de Itapemirim, ES – parte ocupada	1856	6 – 7
Encosta W – juzgado de maior densidade (Vélez)	1835	142	Comarca dos Reis Magos, ES – parte ocupada	1856	c. 4
Santander, Colômbia – toda a região	1835	174	Campos dos Goitacazes, RJ	1789	29
Santander – juzgado de menor densidade (Mogotes)	1835	105	Campos dos Goitacazes, RJ	1836	69
Santander – juzgado de maior densidade (San Gil)	1835	252	Área cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense	1840	110 – 135
Cordilheira Oriental, Colômbia – toda a região	1835	137	Magé, RJ	1840	136
Cord. Oriental – juzgado de menor densidade (Pamplona)	1835	39	paróquia de Santo Antônio de Sá, RJ	1819	55 – 65
Cord. Oriental – juzgado de maior densidade (Tenza)	1835	303	paróquia de S. João Batista de Itaboraí, RJ	1819	170 – 200
Alto Madalena, Colômbia – toda a região	1835	25	paróquia de N. S. do Desterro de Itambi, RJ	1819	130 – 150
Alto Madalena – juzgado de menor densidade (Honda)	1835	11	paróquia de N. S. da Piedade de Inhomerim, RJ	1813	50 – 60
Alto Madalena – juzgado de maior densidade (Ibagué)	1835	33	paróquia de Santo Antônio da Jacutinga, RJ	1819	60 – 70
Antioquia, Colômbia – toda a região	1835	39	paróquia de N. S. da Piedade do Iguaçu, RJ	1819	c. 100
Antioquia – juzgados de menor densidade (Cáceres)	1835	3	par. de N. S. da Conceição de Marapicu, RJ	1819	50 – 60
Antioquia – juzgados de maior densidade (Rio Negro)	1835	98	paróquia de São Gonçalo, RJ	1819	90 – 100
Vale do Cauca, Colômbia – toda a região	1835	31	São João Marcos, RJ	1840	40
Provincia de Cuzco, Peru	1835	27	paróquia de Pati do Alferes, RJ	1819	14
Departamento de Cuzco, Peru	1795	32	Parati, RJ	1840	92
Urubamba, Cuzco	1876	15	Parati, RJ	1850	131
Calca e Lares, Cuzco	1795	c. 40	Angra dos Reis, RJ	1840	c. 220
Paucartambo, Cuzco	1795	c. 10	Angra dos Reis, RJ	1850	c. 240
Abancay, Cuzco	1795	< 85	Provincia do Rio de Janeiro	1840	90 – 100
Cotabambas, Cuzco	1795	< 80	Bananal, SP	1836	50 – 60
Aymaraes, Cuzco	1795	c. 36	Piracicaba, SP	1836	30 – 40
Chumbivilcas, Cuzco	1795	< 20	Itu, SP	1836	70 – 80
Quispicanchis, Cuzco	1795	< 25	Porto Feliz, SP	1836	150 – 160
Santiago do Iguaçu, Bahia	1795	> 300	Pindamonhangaba, SP	1836	50 – 60
Comarca de Cachoeira, Bahia	1835	220 – 240	Areias, SP	1836	c. 170
Jaguaripe, Bahia	1847	140 – 150	Taubaté, SP	1836	140 – 150
Comarca de Nazaré, Bahia	1847	180 – 190	Ribeirão Preto, SP	1872	18 – 90
Ilha de Itaparica, Bahia	1847	> 500	Itapetininga, SP	1836	25 – 30
Município de Nazaré, Bahia	1847	> 200	Itapeva, SP	1836	9 – 10
Inhaúma, RJ	1847	676	Sorocaba, SP	1836	c. 100
Inhaúma, RJ	1821	1764	Jacareí, SP	1836	c. 200
Irajá, RJ	1849	224	São José dos Campos, SP	1836	c. 100
Irajá, RJ	1821	367	Santos, SP	1836	c. 50
Campo Grande, RJ	1849	195	Freg. de N. S. da Conceição da Palmeira, SP	1835	c. 4
Campo Grande, RJ	1821	434	Castro, SP	1836	5 – 10
Santa Cruz, RJ	1849	260	Curitiba, SP	1836	30 – 40
Santa Cruz, RJ	1821	315	Vila do Príncipe, SP	1836	25 – 35
Ilha do Governador, RJ	1849	598	Antonina, SP	1836	c. 40
Ilha do Governador, RJ	1821	1220	Paranaguá, SP	1836	c. 45
Zona da Mata pernambucana	1849	240 – 310	Ilha de Santa Catarina, excluída a “vila capital”	1814	< 120
Agreste pernambucano	1827	c. 30	Quinto mais denso do território paraguaio	1798	8 – 10
Ilha de Itamaracá, PE	1827	1300 – 1400	Quinto mais denso do território paraguaio	1846	20 – 25
Litoral da Paraíba	1830	> 70	Campaña bonaerense (cidade excluída)	1813	c. 20
Caatinga-Agreste e Brejo da Paraíba	1782	> 4	Córdoba	1778	c. 8
Sertão da Paraíba	1782	c. 4	Córdoba	1840	c. 15
Litoral da Paraíba	1782	> 180			
Caatinga-Agreste e Brejo da Paraíba	1872	c. 100			
Sertão da Paraíba	1872	c. 40			

Bibliografia

ALDEN, Dauril e MILLER, Joseph C. Out of Africa: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil, 1560-1831. In: *Journal of Interdisciplinary History*. v. 18, n. 2, 1987

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850/1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984

ARAÚJO, José de Souza de Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943-1946 (1ª ed., 1820-1822), 9 tomos

BAHIA. Falla que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848. Salvador: Typ. de João Alves Portella, 1848

BELTRÃO, Jane Felipe. Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem? In: *História, ciências, saúde – Manguinhos*. v. 14, suplemento, 2007

VAN DEN BERGHE, Pierre L. e PRIMOV, George P. *Inequality in the Peruvian Andes. Class and ethnicity in Cuzco*. Columbia: University of Missouri Press, 1977

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002

BRASIL. *Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas*. In: *Relatorio apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima legislatura pelo ministro e secretario d'Estado dos negocios do Imperio*, Sergio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859

BRUNGARDT, Maurice P. *The Economy of Colombia in the Late Colonial and Early National periods*. In: FISHER, John R., KUETHE, Allan J. e McFARLANE, Anthony (ed.). *Reform and insurrection in Bourbon New Granada and Peru*. Baton Rouge: Luisiana State U. P., 1990

BRUNIARD, Enrique D. *Paraguay (ensayo de interpretacion geografica)*. Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1993

BURNARD, Trevor. *A failed settler society: marriage and demographic failure in early Jamaica*. In: *Journal of Social History*. v. 28, n. 1, 1994

CANABRAVA, Alice Piffer. *Terras e escravos*. In: CANABRAVA. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec/ Ed. da UNESP/ ABPHE, 2005

CANDIDO, Francisco de Paula. *Exposição do estado sanitário da Capital do Imperio*. In: *Relatorio apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Imperio* Francisco Gonçalves Martins. Rio de Janeiro: Typogra-

phia Nacional, 1853

CARROLL, Patrick J. Blacks in Colonial Veracruz. Race, ethnicity, and regional development. 2ª ed., Austin: University of Texas Press, 2001

CELTON, Dora Estela. Relacion familia-produccion en la provincia de Córdoba a fines del siglo XVIII. In: Congresso sobre História da População da América Latina – Anais. Ouro Preto: ABEP/ IUSSP/ CELADE, 1989

COELHO, R. P. e MCGUIRE, Robert A. Diet versus diseases: the Anthropometrics of slave children. In: The Journal of Economic History. v. 60, n. 1, 2000

COOPER, Donald B. Brazil's long fight against epidemic disease, 1840-1917, with special emphasis on yellow fever. In: Bulletin of the New York Academy of Medicine. v. 51, n. 5, 1975.

CROSBY, Alfred. Imperialismo Ecológico. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

CROUZET, F. L'Économie de la Grande-Bretagne Victorienne. Paris: S.E.D.E.S., 1978

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002

FENN, Elizabeth Anne. Pox americana. The great smallpox epidemics of 1775-82. New York: Hill and Wnag, 2001

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Mara Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990

DUNCAN, S. R., SCOTT, Susan, DUNCAN, C. J. The dynamics of smallpox epidemics in Britain, 1550-1800. In: Demography. v. 30, n. 3, 1993

FLORENTINO, Manolo. Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (c. 1790-c. 1850). In: FRAGOSO; FLORENTINO; JUCÁ; CAMPOS (org.). **Nas rotas do império**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006

GARNEL, Maria Rita Lino. Portugal e as conferências sanitárias internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*). In: Revista de História da Sociedade e da Cultura. n. 9, 2009

GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN HISTORIA RURAL RIOPLATENSE (GIHRR). La sociedad rural bonaerense a principios del siglo XIX. Un análisis a partir de las categorías ocupacionales. In:

phia Nacional, 1853

CARROLL, Patrick J. Blacks in Colonial Veracruz. Race, ethnicity, and regional development. 2ª ed., Austin: University of Texas Press, 2001

CELTON, Dora Estela. Relacion familia-produccion en la provincia de Córdoba a fines del siglo XVIII. In: Congresso sobre História da População da América Latina – Anais. Ouro Preto: ABEP/IUSSP/ CELADE, 1989

COELHO, R. P. e McGUIRE, Robert A. Diet versus diseases: the Anthropometrics of slave children. In: The Journal of Economic History. v. 60, n. 1, 2000

COOPER, Donald B. Brazil's long fight against epidemic disease, 1840-1917, with special emphasis on yellow fever. In: Bulletin of the New York Academy of Medicine. v. 51, n. 5, 1975.

CROSBY, Alfred. Imperialismo Ecológico. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

CROUZET, F. L'Économie de la Grande-Bretagne Victorienne. Paris: S.E.D.E.S., 1978

DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002

FENN, Elizabeth Anne. Pox americana. The great smallpox epidemics of 1775-82. New York: Hill and Wnag, 2001

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Mara Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990

DUNCAN, S. R., SCOTT, Susan, DUNCAN, C. J. The dynamics of smallpox epidemics in Britain, 1550-1800. In: Demography. v. 30, n. 3, 1993

FLORENTINO, Manolo. Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (c. 1790-c. 1850). In: FRAGOSO; FLORENTINO; JUCÁ; CAMPOS (org.). **Nas rotas do império**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006

GARNEL, Maria Rita Lino. Portugal e as conferências sanitárias internacionais (em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*). In: Revista de História da Sociedade e da Cultura. n. 9, 2009

GRUPO DE INVESTIGACIÓN EN HISTORIA RURAL RIOPLATENSE (GIHRR). La sociedad rural bonaerense a principios del siglo XIX. Un análisis a partir de las categorías ocupacionales. In:

FRADKIN; GARAVAGLIA (org.). En busca de un tiempo perdido. La Economía de Buenos Aires en el *País de la Abundancia*, 1750-1865. Buenos Aires: prometeo, 2004

GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: *História*. v. 25, n. 1, 2006

HIGMAN, B. W. Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834. Kingston: The University of the West Indies Press, 1995

HOCHMAN, Gilberto. Priority, invisibility and eradication: the history of smallpox and the Brazilian public health agenda. In: *Medical History*. n. 53, 2009

HOLLOWAY, Thomas H. Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849. In: *Boletim de História Demográfica*. ano XV, n. 50, 2008

JAEN SUAREZ, O. Evolución de las estructuras agrarias en la Sabana de Coclé (Panama). In: *Cahiers des Amériques Latines*. n. 4, 1969

KIM, Namsuk e WALLIS, John Joseph. The market for American state government bonds in Britain and the United States, 1830-43. In: *Economic History Review*. v. LVIII, n. 4, 2005

KIPLE, Kenneth. *The Caribbean Slave: a biological history*. Cambridge: Cambridge U. P., 1984

KIPLE, Kenneth (ed.). *The Cambridge World History of Human Disease*. Cambridge: Cambridge U. P., 1993

KIPLE, Kenneth F.; KING, Virginia Himmelsteib. Another dimension to the black diaspora. Diet, disease, and racism. Cambridge: Cambridge U. P., 1981

KIPLE, Kenneth F. Response to Sheldon Watts, "Yellow fever immunities in West Africa and the Americas in the age of slavery and beyond: a reappraisal". In: *Journal of Social History*. v. 34, n. 4, 2001

LARRAZABAL BLANCO, Carlos Los negros y la esclavitud en Santo Domingo: Julio D. Postigo e Hijos, 1967

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993

LIMA, Carlos A. M. Pequenos patriarcas. Pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese (Doutorado em História Social), PPGHIS/UFRJ, 1997

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 v.

LOMBARDI, John V. *The decline and abolition of negro slavery in Venezuela, 1820-1854*. Westport: Greenwood, 1971

FRADKIN; GARAVAGLIA (org.). En busca de un tiempo perdido. La Economía de Buenos Aires en el *País de la Abundancia*, 1750-1865. Buenos Aires: prometeo, 2004

GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: *História*. v. 25, n. 1, 2006

HIGMAN, B. W. Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834. Kingston: The University of the West Indies Press, 1995

HOCHMAN, Gilberto. Priority, invisibility and eradication: the history of smallpox and the Brazilian public health agenda. In: *Medical History*. n. 53, 2009

HOLLOWAY, Thomas H. Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849. In: *Boletim de História Demográfica*. ano XV, n. 50, 2008

JAEN SUAREZ, O. Evolución de las estructuras agrarias en la Sabana de Coclé (Panama). In: *Cahiers des Amériques Latines*. n. 4, 1969

KIM, Namsuk e WALLIS, John Joseph. The market for American state government bonds in Britain and the United States, 1830-43. In: *Economic History Review*. v. LVIII, n. 4, 2005

KIPLE, Kenneth. *The Caribbean Slave: a biological history*. Cambridge: Cambridge U. P., 1984

KIPLE, Kenneth (ed.). *The Cambridge World History of Human Disease*. Cambridge: Cambridge U. P., 1993

KIPLE, Kenneth F.; KING, Virginia Himmelsteib. Another dimension to the black diaspora. Diet, disease, and racism. Cambridge: Cambridge U. P., 1981

KIPLE, Kenneth F. Response to Sheldon Watts, "Yellow fever immunities in West Africa and the Americas in the age of slavery and beyond: a reappraisal". In: *Journal of Social History*. v. 34, n. 4, 2001

LARRAZABAL BLANCO, Carlos Los negros y la esclavitud en Santo Domingo: Julio D. Postigo e Hijos, 1967

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993

LIMA, Carlos A. M. Pequenos patriarcas. Pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844). Tese (Doutorado em História Social), PPGHIS/UFRJ, 1997

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 v.

LOMBARDI, John V. The decline and abolition of negro slavery in Venezuela, 1820-1854. Westport: Greenwood, 1971

LOPES, Juliana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. In: História e Economia. v. 4, n. 1, 2008

MARCONDES, Renato Leite. Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870. São Paulo: FUNPEC, 2009

MARQUES, M. E. de Azevedo. Província de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, 2 v.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica de Minas Gerais (1873). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 volumes

ATTHEWS, Gelien. Trinidad: a model colony for British slave trade abolition. In: Parliamentary History. v. 26 (suplemento), 2007

MAURO, Frédéric. História Econômica Mundial, 1790-1970. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976

MELO, José Evando Vieira de. O açúcar no café. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de PósGraduação em História Econômica/USP, 2009

MINTZ, Sidney W. Caribbean transformations. New York: Columbia U. P., 1989

MORAES, Julio Studart. Health in Brazil before 1850. In: Annals of the National Academy of Science. v. 180, n. 1, 2010

MORENO FRAGINALS, Manuel. O Engenho. Brasília DF: CNPq; São Paulo: UnEsp/ Hucitec, 1989, v. II/III

MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999

MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. 3ª ed., facsimilada, São Paulo: Governo do Estado, 1978

PAULET, Antonio José da Silva. Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará. In: *Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (original da década de 1810; 1ª ed., 1898)

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

PEZUELA, Don Jacobo de la. Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la Isla de Cuba, por Don Jacobo de la Pezuela. Madrid: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863, tomos II e III

PÔRTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. In:

LOPES, Juliana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. In: *História e Economia*. v. 4, n. 1, 2008

MARCONDES, Renato Leite. Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870. São Paulo: FUNPEC, 2009

MARQUES, M. E. de Azevedo. Província de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, 2 v.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica de Minas Gerais (1873). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 2 volumes

MATTHEWS, Gelien. Trinidad: a model colony for British slave trade abolition. In: *Parliamentary History*. v. 26 (suplemento), 2007

MAURO, Frédéric. História Econômica Mundial, 1790-1970. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976

MELO, José Evando Vieira de. O açúcar no café. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de PósGraduação em História Econômica/USP, 2009

MINTZ, Sidney W. Caribbean transformations. New York: Columbia U. P., 1989

MORAES, Julio Studart. Health in Brazil before 1850. In: *Annals of the National Academy of Science*. v. 180, n. 1, 2010

MORENO FRAGINALS, Manuel. O Engenho. Brasília DF: CNPq; São Paulo: UnEsp/ Hucitec, 1989, v. II/III

MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999

MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. 3ª ed., facsimilada, São Paulo: Governo do Estado, 1978

PAULET, Antonio José da Silva. Descrição geográfica abreviada da capitania do Ceará. In: *Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (original da década de 1810; 1ª ed., 1898)

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968

PEZUELA, Don Jacobo de la. Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la Isla de Cuba, por Don Jacobo de la Pezuela. Madrid: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863, tomos II e III

PÔRTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. v. 11, n. 4, 2008 (suplemento)

READ, Ian. Sickness, recovery, and death among the enslaved and free people of Santos, Brazil, 1860-1888. In: *The Americas*. v. 66, n. 1, 2009

REYS, Manoel Martinz do Couto. Descrição geographica, pulitica e cronographica do districto dos Campos Goiatcaz. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estdo do Rio de Janeiro, 1997

LE RIVEREND, Julio. Historia Económica de Cuba. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974 (1ª ed., 1833)

SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

SÃO PAULO. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. 1985, v. 94

SHARP, William Frederick. Slavery on the Spanish frontier. The Colombian Chocó, 1680-1810. Norman: The University of Oklahoma Press, 1976

SIGAUD, J.-F.-X. Do clima e das doenças do Brasil, ou Estatística Médica deste Império. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009 (1ª ed., 1844)

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império. São Paulo: FPE/USP, 1986 (Ed. fac-similada da 1ª, de 1870)

SOARES, Márcio de Sousa. A remissão do cativo. A dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750 – c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

SONESSON, Birgit. La Real Hacienda en Puerto Rico. Administración, política y grupos de presión (1815-1860). Madrid: Instituto de Cooperacion Iberoamericana/ Instituto de Estudios Fiscales, 1990

STECKEL, Richard H. Slave mortality. Analisis of evidence from plantation records. In: *Social Science History*. v. 3, n. 3-4, 1979

Termos de vereanças – 1825-1829. In: Boletim do Archivo Municipal de Curityba – documentos para a História do Paraná. v. XLII, 1929

WALKER, Charles F. Smouldering ashes. Cuzco and the creation of Republican Peru, 1780-1840. Durham: Duke U. P., 1999

WATTS, Sheldon. Yellow fever immunities in West Africa and the Americas in the age of slav-

ery and beyond: a reappraisal. In: Journal of Social History. v. 34, n. 4, 2001

WHIGHAM, Thomas. The politics of River Trade. Tradition and development in the Upper Plata, 1780-1870. Albuquerque: The University of New Mexico Press, 1991